

3

Da entrada em cena do indivíduo moderno: o relato de algumas fraturas

Com o capítulo anterior, procurei evidenciar que à medida que se desenhavam as fronteiras em torno da palavra *Märchen*, a admissão do gênero ia se circunscrevendo aos serviçais e ao público infantil. A constatação orienta mais uma vez o olhar rumo às bases sobre as quais erigiu-se a literatura infantil. Entretanto, se é possível prever objeções, antevejo logo o desassossego de quem já leu farto material sobre o assunto. Não obstante, se a argumentação deve dirigir-se aos propósitos da pesquisa, seria im procedente retirar de cena as condições relativas à recepção dos contos, uma vez que estes serão por elas diretamente afetados. De fato, mostrar como algo pode ser ultrapassado implica anotar as condições prévias, de modo que se sobressaia a superação. Onde, não será ocioso indagar a respeito das práticas de leitura entre os séculos XVIII e XIX, bem como da conformação das categorias que presidiram a elaboração do acervo, tais como indivíduo, núcleo familiar, educação escolar. Esboçando o pano de fundo demarcado pelos conflitos e as censuras que acompanharam o empreendimento dos Grimm, talvez logre, por esta via, compreender o processo de leitura e tradução levado a cabo pelos Irmãos.

3.1

Do indivíduo na modernidade

A formação do indivíduo moderno tem uma longa trajetória estudada em diferentes etapas por Louis Dumont (2000). Para a pesquisa em torno da coletânea, é preciso, entretanto, delimitá-la ao período em que é notável o progresso do individualismo. Com efeito, se a Reforma conferira autonomia ao indivíduo em sua peculiar relação com Deus, confirmando, desse modo, a

libertação política do Estado.⁴¹, o século XVII assistiria à culminância do processo com a emancipação econômica. (Dumont, *ibid.*, p. 26 e *passim*). Nesse sentido, a Revolução Francesa marca de modo emblemático o ápice de uma longa gestação que se faria sentir ainda no século seguinte, embora aqui o indivíduo já tenha recolhido a bandeira de suas lutas públicas.

O breve esboço acima não visa tanto sintetizar a formação do individualismo na sociedade moderna, mas recortar o período a que os próximos tópicos deverão se ater. Pois se a compilação do acervo estudado data do século XIX, portanto, de uma época em que o indivíduo já expressara seu triunfo, a compilação virá sob o influxo de um conjunto de categorias entrelaçadas – Dumont diria talvez, regidas – pelo individualismo moderno. Desse modo, conquanto a figura do indivíduo surja no cume dos valores estudados pelo antropólogo, há outros que devem, como salientado anteriormente, ser adicionados, respeitando todavia a hierarquia proposta pelo autor. Dito de outro modo, se adotada a premissa postulada por Dumont (*op. cit.*), isto é, o indivíduo constitui o valor supremo da sociedade moderna, e, portanto, só é possível compreender a ideologia moderna a partir de seu estudo, também deve-se advertir que o individualismo não é um valor que anula outras configurações sociais. Significa isso afirmar que irá reagir com outros componentes, gerando uma série de conflitos aos quais o acervo não ficará imune. Desse modo, elementos pré-modernos se amalgamam a elementos modernos desenhando as variantes geográficas e temporais.⁴² Como procurei ressaltar inicialmente, a coletânea dos Grimm situava-se no enclave entre uma Europa pré-industrial e uma organização social moderna. Para que tal singularidade possa se evidenciar, é necessário, entretanto, destacar os elementos que, sob a égide do individualismo, atuaram sobre um acervo outrora calcado na voz e na tradição medieval. Dentre eles, a infância,

⁴¹ Note-se, porém, que a supremacia da Igreja no período medieval não foi permanente e tampouco livre de oposições. Quanto à soberania do Estado na Europa ocidental moderna, ela resultou de um processo longo e entrecortado por crises no seio da própria Igreja. V. a respeito Dumont, *ibid.*, especialmente o capítulo “Gênese II: a categoria política e o Estado a partir do século XIII” (pp.73-121). Ariès (1991), por sua vez, anota que o novo papel atribuído ao Estado, garantindo-lhe a autonomia, confere-lhe instrumentos capazes a exercer um controle cada vez mais insidioso sobre a vida de seus cidadãos.

⁴² A referência aqui é aos apontamentos dos irmãos que registram em diferentes locais as variantes das narrativas. Em capítulo posterior, abordarei algumas das variantes dos contos estudados. Registre-se, porém, aqui que o mero processo de seleção dos Grimm implica já uma leitura.

valor que conhecerá uma escalada irreversível ao longo do período moderno, tem lugar de honra.

3.1.1

Do aparecimento da infância: representações

Falar sobre o indivíduo pressupõe os espaços de circulação desta categoria em franca ascensão, sobretudo se um desses domínios vem inscrito mesmo no frontispício da obra em estudo – *Contos para as crianças e para o lar (Kinder-und Hausmärchen)*.⁴³ As próximas linhas, portanto, irão girar em torno desses destinatários para os quais se dirige a compilação. E como o segundo dos termos, o lar, destinou-se em boa parte à formação dos primeiros, cumpre iniciar a trajetória pela gênese deste conceito até então desconhecido. Mencionar, entretanto, a infância como elemento historicamente situado implica inicialmente reportar-se ao nome de Philippe Ariès (1981). De fato, coube ao autor da *História social da criança e da família* desenhar o quadro do qual emerge, sobretudo a partir do século XVII, a imagem da infância concebida pela civilização moderna. De fato, entre a sociedade tradicional pré-industrial, caracterizada pelo reconhecimento público dos que compunham suas comunidades e o anonimato das muitas pequenas famílias modernas, houve um longo e árduo período de transição esquadrihado pelo pesquisador. Assim, conquanto a primeira possa ser definida pelos amplos laços de parentesco voltados a reforçar a solidariedade de sangue (Gélis 1991, p, 312), Ariès (op. cit.) faz notar certa indiferença diante da fragilidade dos seus descendentes. Com efeito, se o curso da vida estava submetido às leis da natureza, e à morte de um ente logo se seguiria o nascimento de outro, havia pouco espaço para demonstrações particulares de carinho e, sobretudo, para dedicar-se às especificidades de cada etapa do crescimento. Não significa isso dizer que inexistisse o afeto; apenas a infância não constituía ainda um valor em torno do qual se organizaria a família moderna. A criança era antes um rebento, elemento preso ao tronco comunitário por laços consangüíneos e do qual dava testemunho – a começar pelo evento público de seu nascimento, ainda tão distante do acontecimento reservado ao *chambre* do casal, ao qual era admitido, quando muito, o médico da família, além das mulheres mais próximas à mãe.

⁴³ Embora a preposição “para” não esteja explícita, a conformação do título pela justaposição dos destinatários (*Kinder* = crianças; *Haus* = casa; lar) deixa implícito a idéia de finalidade e direção.

Com efeito, se a história do nascimento no século XIX converte-se num enredo cercado de silêncios insondáveis, o fato deve-se, em grande parte, aos mistérios que vão se encerrando na esfera da intimidade, incluindo-se aí os secretos métodos de impedir ou interromper uma gestação indesejada (Gélis, *ibid.*). Embora a informação não tenha para o estudo dos contos grande relevância, ela não está dissociada ao decréscimo constante das taxas de natalidade e, conseqüentemente, articula-se aos novos significados atribuídos à infância. Pois à medida que caem o número de recém-nascidos, inversamente aumenta o valor de que a infância é revestida.

Expressão eloqüente do fenômeno é a iconografia do período, largamente estudada por Philippe Áries (*op.cit.*). A pintura dos anos que antecederam o capitalismo industrial atestam a inexistência do sentimento da infância – as crianças apareciam deformadas em corpos de pequenos adultos –, ao passo que, nos séculos XVII e XVIII, meninos e meninas figuravam já como personagens centrais, em torno dos quais são pintados os demais entes da família, ou simplesmente como assuntos de *portrait*. O século XIX, com a entrada em cena da fotografia, não alterou o quadro. São freqüentes as pinturas retratando cenas de mães dedicadas à educação dos seus filhos, ou de crianças enlevadas diante de uma leitura em voz alta, ou atraídas por jogos feitos à sua medida. De fato, mais rara, a criança converte-se em objeto de toda sorte de investimento. Núcleo em torno do qual gravitam os outros membros da família, ela exige atenção e cuidados – econômicos, educacionais e, evidentemente, afetivos. Como ente que resguarda não só o nome do tronco a que está ligada, mas o projeto do grupo social que a ampara ⁴⁴, não é fortuito que se multipliquem os esforços por garantir sua existência.

De fato, o filho não pertence apenas aos pais: ele é o futuro da nação e da raça. Produtor, cidadão e soldado do amanhã. Entre ele e a família, principalmente quando esta é pobre e tida como incapaz insinuam-se terceiros: filantropos, médicos, estadistas que pretendem protegê-lo, educá-lo, discipliná-lo. (Perrot, 1991, p. 148)

⁴⁴ A referência aqui é à burguesia. Áries anota a concomitância entre a consolidação da classe burguesa e a elaboração do sistema de classes da escola moderna, ambos no século XVIII. A respeito conferir também Zilberman, 1985; 2003. (ed. ampliada)

Se o fato indica a ingerência do Estado sobre a vida privada, ele também sinaliza que, sob o domínio do individualismo moderno, o destino da infância foi definitivamente reconfigurado ⁴⁵ – fado ao qual os Märchen tampouco escapariam. Com efeito, estes últimos fazem parte, como os brinquedos, daquela vastidão de elementos preparados para promover a formação moral dos pequenos portadores da nova ordem social.

3.1.2

Dos cuidados na formação do indivíduo: família e escola

Em uma de suas resenhas, Walter Benjamin tece reflexões sobre a história cultural dos objetos destinados à infância.

Considerando a história do brinquedo em seu conjunto, verifica-se que o formato tem nessa história um significado muito maior do que se supõe. Com efeito, quando na segunda metade do século XIX esses objetos começam a declinar, observa-se que os brinquedos se tornam maiores, perdendo aos poucos seu aspecto discreto, minúsculo, sonhador. Não seria, nessa época, que a criança ganha um quarto de brinquedos especial, um armário especial, em que pode guardar seus livros? (Benjamin, 1986, p. 246)

Apesar da indagação, a sentença sugere que o percurso dos brinquedos é paralelo ao da arquitetura: ambos sinalizam o progressivo recolhimento do indivíduo. Com efeito, a sociabilidade dos laços comunitários, a vida publicamente compartilhada e exposta, cede aos poucos espaço à reclusão nos espaços privados, à intimidade secreta do lar de que dá testemunho a nova arrumação dos cômodos. Da cama, que no século XVIII é empurrada do centro para o canto do quarto de dormir, ao refúgio, encontrado nos gabinetes transformados em lugar reservado da casa, a moderna arquitetura atesta a crescente valorização do indivíduo e dos espaços que lhe são consagrados (Ranum, 1991).

A afirmação, conquanto possa parecer deslocada, testemunha um processo de reclusão do indivíduo que será tão mais crônico quanto maior a separação entre

⁴⁵ Perrot (op. cit.) anota que “a infância é, por excelência, uma daquelas zonas limítrofes onde o público e o privado se tocam e se defrontam, muitas vezes de maneira violenta.” (p. 148). No capítulo seguinte, será abordada a progressiva intersecção entre o privado e o público e como esta cede lugar à separação entre as duas esferas .

as esferas privada e pública. A asserção, feita à sombra da experiência dos séculos XX e XXI, quando os espaços aparecem já dicotomizados, pode, entretanto, escamotear a ambivalência do processo. A conseqüência seria a de obscurecer a compreensão quanto à formação do indivíduo, oscilante entre a encenação pública e a intimidade do lar. No entanto, cumpre esclarecer que a separação entre o domínio do lar e o do mundo para além de suas portas não é abrupta; ao contrário, desenrola-se num campo de ambivalências, onde privado e público se interpenetram, deixando o indivíduo à mercê da constante tensão derivada da bilateralidade dos papéis.

De fato, à medida que o Estado se autonomizava da Igreja, promovendo a racionalização de suas instituições, organizava a vida coletiva, regulando os instrumentos de convivência de seus membros. Se no Antigo Regime, a união entre o homem e a mulher efetivava-se pela troca do sim, testemunhado e abençoado pela presença do padre, as novas leis promulgadas na esteira da Revolução, mais do que significar a laicização do matrimônio, indicam o controle do Estado.⁴⁶

Desse modo, duas tendências se afirmam: de um lado, a ação do Estado que procura gerir a vida do indivíduo, ampliando sua esfera de domínio mediante os aparelhos de justiça; de outro, o sujeito cindido entre seu desejo de participar da coisa pública, e o de escapar da vigilância exercida. A necessidade daí decorrente de separar os espaços de circulação, que fazem da família termo contraposto à convivialidade medieval, dará também aqui testemunho na iconografia estudada por Ariès.

As cenas de exterior não desaparecem, é certo – são a origem das paisagens, mas as cenas de interior tornam-se mais numerosas e mais originais. Iriam caracterizar a pintura de gênero durante todo o tempo de sua existência. A vida privada, rechaçada na Idade Média, invade a iconografia, particularmente a pintura e a gravura ocidentais no século XVI e sobretudo no XVII (...). (Ariès, 1981., p. 204)

⁴⁶ Conferir estudo de Hunt: “Pelo importante decreto de 1792, um funcionário ficou encarregado do estado cível, devendo também declarar o casal unido perante a lei. Desse momento em diante, a autoridade pública assumiu uma participação ativa na formação da família. O estado definiu os impedimentos à união, restabeleceu e regulamentou o processo de adoção, determinou os direitos(..) dos filhos naturais, instituiu o divórcio e limitou o poder paterno, em parte com o estabelecimento dos tribunais de família (...).” (Hunt, 1991, p. 36). V também Ariès, Philippe (1991, p. 9). O autor anota que desde pelo menos os anos de Luis XIII, o Estado se fez progressivamente sentir, proibindo duelos sob pena de morte.

O domicílio converte-se, portanto, num ambiente reservado, onde as relações são personalizadas, preenchidas pela intimidade e afeição entre os pares e seus descendentes, distinguindo-se, assim, do sistema de parentesco típico da sociedade tradicional européia presente, em maior ou menor grau, até princípios do século XVIII. Assentada numa base econômica dependente dos ofícios exercidos para além de seu cerco, comumente gerenciada pelo patriarca, diferenciava-se do modelo feudal, definido pela empresa domiciliar, onde as atividades eram comunitariamente realizadas. No lar, a vida em comum entre seus membros, baseada em valores tais como, virtude, afeto e solidariedade, prefigura o modelo de socialização a ser cultivado pelo homem moderno.

Contudo, demonstra-o o estudo de Nicole Castan (1991), a fase que se estende do século XVII a XVIII atesta uma significativa ambigüidade no comportamento dos indivíduos, hesitantes entre o exercício da cidadania na esfera pública e os deveres exigidos pelas relações familiares. Constata-se aí uma “interpenetração constante dos espaços, uma ambivalência dos papéis” (ibid, p. 413). Assim, se a família coexistia sob a rigorosa autoridade do chefe, voltada à salvaguarda de seu patrimônio, ela, por outro lado, cultivava, pela educação ministrada, a imagem a ser representada para além de seu cerco. Hesitante entre a teatralização pública de sua imagem e a aparente liberdade assegurada pelos muros dos lares, o sujeito debatia-se entre o exercício público, o exercício da cidadania, e a quimérica circulação na esfera familiar. Na passagem da casa para a escola, entre as atividades recreativas e escolares, a criança decora, não apenas as lições, mas aprende a distinguir a privacidade do lar daquela da vida pública. Em outros termos, ela aprende a arte da dissimulação. A vida se bifurca entre o rosto pio e aplicado e a face secreta, compartilhada apenas com os amigos nos jogos e aventuras infantis.

A máscara, entretanto, não faz parte apenas da vivência juvenil. Assimilada com perspicácia pelas crianças, estende-se pelo tecido social, denunciando já a paulatina fragmentação do sujeito, flagrada no século seguinte. O Século das Luzes é também o século da simulação, da exibição da exímia no jogo, do qual, aliás, o romance de Laclos, *Les liaisons dangereuses*, daria fartos exemplos.

O processo é, portanto, longo e atravessado pela angustiante convivência de exigências díspares, acirradas ademais pela morte de Louis XVI (1792) e pela radicalização da revolução. A ruptura instaurada com a queda do Antigo Regime

torna o exercício da dissimulação um hábito necessário para os que não aderiram às reformas. A correspondência entre os Gounon (Castan, op. cit.), uma família respeitável do final do século passado, mais do que um exemplo isolado, ilustra a premência, em tempos de intensas transformações, de uma sabedoria capaz de transfigurar aos olhos do povo, o suspeito em patriota. Dessa forma, as mudanças precipitadas pelo 14 de Julho concorrem, de fato, a converter a casa num retiro de valor inestimável. Diante da coletividade, cumpre participar dos eventos comunitários vangloriadores da razão e da liberdade, a fim de garantir o certificado de bom republicano; ao passo que, no lar, são expressos os ressentimentos que condenam a lógica dos novos tempos. Assim, paulatinamente, a repartição dos espaços, que viria a exercer papel decisivo na elaboração de textos dirigidos às crianças, vai se consolidando.

Tal dicotomia, por sua vez, equivale à distribuição dos papéis. Ao homem, cumpria participar da vida pública, assegurando os meios indispensáveis à satisfação das necessidades familiares: à mulher, a gerência do lar e a educação dos filhos, e, à criança, preparar-se para os futuros encargos de cidadão. É sob esta organização familiar, diametralmente oposta à estrutura feudal com base na dinastia e nos amplos laços de parentesco, que a criança e a literatura a ela atrelada, ganham um novo significado. Com efeito, é no domínio privado, que são engendradas as condições necessárias à burguesia para a formação de indivíduos capazes de levar seu projeto ideológico adiante.

Nesse sentido, a compilação de cartas, reunidas por Ludwig Fertig (1991), são ilustrativas. De Lessing a Nietzsche, passando por nomes talvez não tão eminentes, todas, de diferentes maneiras, atestam o valor atribuído à formação do indivíduo, seja nas instituições criadas para este fim, seja nas famílias. Com efeito, as mudanças do período não passam despercebidas por quem atravessou mais de uma geração.

Quantas vezes eu receber de você um caderno tão bem escrito, tantas vezes eu me regozijarei com que você saiba coisas de grande utilidade e mais do que sua avó – embora eu escreva com o mesmo prazer que você. Assim, posso te contar como era miserável o tempo em que as crianças da minha juventude foram educadas. Agradeça a Deus e a teus queridos pais, que te ensinam a ver e julgar tudo o que é útil e belo. (Catharina E. Goethe apud Fertig, 1991, p. 138)^{xiv}

A citação reúne a valoração da informação útil, confirmando, portanto, o pouco mérito das fabulações sem préstimos, e a concepção da educação moderna professada por uma família esclarecida. De fato, numa época em que o novo signo era o sol iluminador da razão e do livre-arbítrio por ela orientado, cabia aos pais como os do jovem August, o esforço de formar a capacidade de discernimento de seus descendentes.⁴⁷

Mas a tarefa de formar sujeitos preparados para assumir sua função de cidadãos esclarecidos não ficava a cargo apenas das famílias. A escola conhece no período um desenvolvimento efetivo e constante (Ariès, 1991). Com efeito, se na Idade Média, o colégio, destinado ao grupo seletivo dos clérigos, não fazia distinção de idades, a partir do século XV, verifica-se o isolamento crescente de crianças por faixas etárias, dada a percepção da necessidade de sua formação moral e intelectual.⁴⁸ Desse modo, a educação, antes ancorada num sistema de aprendizagem efetivado pela troca de experiências na coletividade, cede espaço à educação escolar, entregue inicialmente às instituições eclesásticas. A convivência entre crianças, jovens e adultos, livre do controle da família, pela qual se assegurava o aprendizado de ofícios, é lentamente substituída por um sistema, que retira o indivíduo da comunidade, isolando-o em salas regidas por uma autoridade. Os colégios, ancorados numa disciplina rigorosamente hierarquizada, com corpo docente específico, organizaram-se, assim, mediante a divisão de seu público alvo em classes. Se o enquadramento das crianças por faixas etárias indica o lento, porém, progressivo reconhecimento quanto à especificidade da infância – o que efetivamente só ocorreria com o surgimento da pedagogia no século XVIII – ele também significou a separação da instituição, e de seus principais destinatários, do mundo circundante, onde as experiências se embaralham indistintamente.

Contudo, os colégios, visto que não desperdiçavam ocasião para as punições físicas e as dolorosas humilhações públicas, logo seriam substituídos pelo sistema escolar laico, amparado pelo Estado. Donde, à medida que progredia a autonomia

⁴⁷ Cf a recomendação de Catharina Elisabeth Goethe, “ (...) mas é também tua obrigação ser bem obediente a teus queridos pais, que se esforçaram por formar teu juízo, e lhes dar muita alegria. (Trad. nossa., apud Fertig, op. cit. p. 139) “ (...) nun ist es aber auch deine Pflicht – deinen Lieben Eltern recht gehorsam zu seyn – und Ihnen vor die Mühe die Sie sich geben, deinen Verstand zu bilden – recht viele viele Freude zu machen (...)”

⁴⁸ Ariès esclarece, entretanto, que inicialmente a separação derivava não tanto da consciência quanto às exigências diferenciadas de cada grupo, mas da tentativa de evitar o contato, considerado permissivo, de entre jovens adultos com crianças. (1981, p. 170 e passim)

do Estado e se professava a emancipação do indivíduo, a escola adquiria uma feição mais próxima às solicitações de um tempo orientado pela Razão.

O relaxamento da antiga disciplina escolar correspondeu a uma nova orientação do sentimento da infância, que não mais se ligava ao sentimento de sua fraqueza e não mais reconhecera a necessidade de sua humilhação. Tratava-se agora de despertar na criança a responsabilidade do adulto, o sentido de sua dignidade. A criança era menos oposta ao adulto (embora se distinguisse bastante dele na prática) do que preparada para a vida adulta. Essa preparação não se fazia de uma só vez, brutalmente. Exigia cuidados e etapas, uma formação. Esta foi a nova concepção da educação, que triunfaria no século XIX. (Ariès, 1981, p. 182)

Vitoriosa, não deixaria de exercer, como se verá adiante, enorme influência no acervo lido, e necessariamente traduzido pelos irmãos, dada a nova configuração do público receptor. Fez parte, como aquela gama de objetos aludida por Benjamin, dos elementos voltados à edificação moral de seus principais destinatários. Contudo, o senso quanto à formação moral da criança no século XIX, distinguiu-se da concepção de educação vigente num tempo ainda dominado pelo ideário iluminista. Aqui, preparar o cidadão implicava orientá-lo, dirigi-lo rumo aos benefícios do esclarecimento.

Nesse sentido, não é fortuito o emblema da escola filantrópica fundada por Salzmann – os raios de sol refulgindo por trás das nuvens da ignorância –, de grande repercussão na segunda metade do século XVIII, que dava continuidade ao trabalho inovador de Basedow e Campe, na Alemanha. Orientados pela divisa kantiniana – *Aufklärung é a libertação do homem de sua menoridade auto-impingida* – convencidos de que, sendo todo indivíduo por natureza bom e, por conseguinte, deve guiar-se pelo discernimento, eles se dedicaram ao desenvolvimento de uma pedagogia valorizadora da autonomia.

Enfim, não diga: o mundo permanece assim como é; os homens desejam permanecer um lastro, ignorantes e miseráveis; os homens não querem melhorar, ser ajudados! Diga antes, as faculdades e talentos do homem vão até o infinito, podem ser sempre e mais desenvolvidos, enobrecidos, esplendidamente desabrochados. Ele não é mau por natureza - a ignorância e a dissipação tornaram-no assim. (Campe apud Schmitt, 1989, p. 164) ^{xv}

Contudo, a bandeira entusiástica levantada por Campe camufla mal em suas dobras o antagonismo que nela reside. Pois entre o pleno desabrochar das

potencialidades de cada um, isto é, entre sua liberdade e as exigências programáticas da sociedade burguesa em consolidação, havia não apenas um distância, mas um campo de tensões que não passou despercebido à época .

Ambos, o homem e a sociedade, têm seus direitos; aquele, ao esmero e ao perfeioamento interior; esta, à capacidade daquele. Mas como esses direitos entram em conflito uns com os outros, é pois necessário que sejam de cada lado limitados. (Villaume apud Schmitt, *ibid*, p. 165)^{xvi}

A ambivalência da mensagem confirma também aqui, no corpo das reformas educacionais, as dicotomias com as quais se confrontava o indivíduo moderno. A bifurcação, verificada na repartição dos espaços público e privado, bem como a divisão dos papéis no lar, expande-se no campo da educação formal. A solução encontrada, visando conciliar a formação útil à comunidade (*Brauchbarkeit des Menschens*) e as inclinações pessoais de cada indivíduo, resolver-se-ia na crença de que é justamente no serviço à sociedade que o homem alcança sua plena realização (Blankertz, 1982)⁴⁹

A longa digressão sobre a formação na família e na escola, além de sugerir o quadro de cisões experimentadas pelo indivíduo moderno, aponta, no utilitarismo da fórmula encontrada, o caminho destinado ao *Märchen*. Com efeito, o primado da Razão que escora uma pedagogia de cunho utilitário não poderia colocar a seu serviço uma literatura calcada nos ardis da fábula. Os textos dedicados às crianças seguiriam assim o mesmo programa dirigido à infância no século XVIII. Convém, portanto, nas próximas linhas, averiguar como se articulam, por um lado, com a concepção vigente de infância, e, por outro, com os padrões de leitura requeridos pela nova conformação social. O recorte será dado pelo mesmo período até aqui abordado. Outrossim, o enfoque das práticas de leitura deverá incidir apenas naqueles aspectos referentes ao mercado do qual emergiria o livro voltado à infância.

⁴⁹ O autor chama a atenção para a diferença existente entre a questão de Rousseau no *Émile* – “*A quoi est-il bon ?*” – e o modo como a utilidade do conhecimento é interpretada pela escola filantrópica. Enquanto para o primeiro a questão era antes de fundo pedagógico, isto é, servia como instrumento de compreensão da tarefa designada pelo educador, os filantrópicos apreenderam-na no sentido de préstimo às necessidades econômicas. (Cf. *ibid.*, p. 82 e *passim*)

3.1.3

Da leitura pública e da leitura nos lares burgueses: representações e controle

O título e o lugar atribuído aos textos dirigidos ao público infantil, para os quais – vale frisar – a coletânea serviu por longo tempo de paradigma, aparecem no bojo de intensas modificações concernentes ao uso do livro e à circulação literária, de modo geral. Com efeito, à medida que as instituições se estabilizavam, firmando o solo necessário à emancipação burguesa, o livro ia ganhando um papel cada vez mais relevante, conquanto multifacetado. Examinar, ainda que brevemente, as práticas de leitura demandadas por um mercado progressivamente heterogêneo, e o lugar aí ocupado pela literatura destinada às novas faixas etárias, implica verificar previamente a importância da leitura num cenário a meio-passo da racionalização burguesa. Nesse sentido, nunca é ocioso retornar à arguta articulação feita por Habermas (1984) entre a esfera pública burguesa e a literatura:

O processo ao longo do qual o público constituído pelos indivíduos conscientizados se apropria da esfera pública controlada pela autoridade e a transforma numa esfera em que a crítica se exerce contra o poder do Estado realiza-se como a refuncionalização (...) da esfera pública literária. (ibid, p. 68)

O sistema de representatividade calcado na figura do soberano, bem como dos que vivem à sombra do aparelho do Estado⁵⁰ é, pois, contraposto à racionalização, intermediada pela discussão política, publicamente organizada. Se a opinião pública, pela qual a sociedade civil reivindica e ataca a concentração de poder data desta época, os salões e os cafés irão se constituir como locais privilegiados para uma tal discussão. Com efeito, salienta Habermas, da arte de conversação exibida nos salões aristocratas às discussões nos *coffe-houses* há uma metamorfose que sustenta o espaço de elaboração de uma classe. No entanto, convém sublinhar, a contestação política do poder público é antecedida pelo incremento, no âmbito cultural, de instituições capazes de discutir a subjetividade resultante da nova organização social (cf. p. 44). De fato, a burguesia expande

⁵⁰ Habermas aponta para o sentido original da palavra privado, isto é, aquele que é excluído dos cargos e/ou funções estatais. Cf. ibid., p. 24

com seus profissionais liberais e com os funcionários da administração que se modernizava, a camada de leitores. Logo, os jornais acresceriam às notícias de fundo comercial, revistas com instruções pedagógicas, ensaios destinados a um público para o qualurgia a auto-reflexão, de modo a ingressar na maioria. Assim, os *Semanários Morais (Moralische Wochenschriften)*, publicados entre 1720-1750, nas cidades do norte protestante, propagavam o programa iluminista, mediante a tradução de artigos de jornais ingleses (*Spectator*, 1711/12; *Guardin*, 1713) (Wittmann, 1999). Logo, não são apenas as casas de chá, os salões, as comunidades de comensais que se erguem à condição de centro de discussão do modo de vida vigente, e as e as necessárias reformas. A literatura, incluindo aí a forma epistolar, quer guardar e ampliar para a leitura íntima do lar, a conversação efervescente do domínio público. Cumpre à burguesia tematizar sua própria subjetividade, refletir sua moralidade, seu gosto, seu sistema de ensino, de modo a favorecer a emancipação em curso. Desse modo, a literatura, no âmbito privado, mas igualmente nos espaços públicos dos cafês, ao construir-se como elemento capital para a auto-tematização burguesa, termina, por outra via, por incrementar o mercado da cultura, âmbito igualmente caro ao desenvolvimento burguês.

Com efeito, Darnton (1992a), com base nos catálogos ingleses, calcula que a partir de meados do século XVI há um progresso considerável na oferta de títulos novos na Grã-Bretanha, e, dois séculos depois, o público leitor constituía 1,5% da população. Conquanto a cifra pareça para os dias atuais ínfima, é significativa, opina Wittmann (op. cit.), dada a reação em cadeia dinamizada pelas leituras em voz alta, freqüentes em sociedades ainda não alfabetizadas. Ademais, o avanço relativo na França e Inglaterra, assume proporções bem maiores na Europa central do século XVIII, resultante, de um lado, do crescimento populacional e, do outro, das campanhas de alfabetização, por mais vaga que seja a noção de letrado (Wittmann, *ibid*; Darnton, op. cit.) Os números retirados dos catálogos das feiras de livro, em Frankfurt e Leipzig, registram um montante efetivamente bem mais generoso para o território de língua alemã, atingindo no mesmo período um volume em torno de 1.600 títulos publicados, (Wittman, op. cit.). Em contrapartida, as listas de pedidos de publicação de novos títulos sugerem, na França, uma soma bem inferior – uma média, no período, de 700 novas publicações. Malgrado a carência de estatísticas precisas para a época, especialmente no caso francês, e apesar da diferença das fontes francesas

(relatórios dos *depôt legal*) e alemãs (catálogos das feiras) é flagrante o sucesso do livro e, em especial, no então Sacro Império Germânico.

Conquanto tenha conhecido na futura Alemanha ⁵¹ um sucesso extraordinário, o fenômeno não lhe foi exclusivo, como aliás, denuncia o êxito alcançado pelos romances *Pamela* e *La nouvelle Heloise* (Darnton, 1992a.; Chartier, 2002). De fato, adverte o estudo de Chartier (1999), o Renascimento, graças às estratégias dos livreiros capazes de baixar o custo da produção, já encenara uma ampla circulação de textos, freqüentemente lidos em voz alta, facilitando, por conseguinte, a apropriação da dita literatura culta por faixas mais largas da população. No entanto, para além do testemunho renascentista da constituição de um mercado popular impresso, a absorção do romance por vastas camadas sociais sinaliza, anota Wittmann (1999), a coexistência de diferentes modalidades de leitura deflagradas pelo avanço do livro.

Não se pode falar de um processo claramente linear. Mais do que isso, pode-se constatar um estilhaçamento e anonimização do público leitor, tanto no aspecto social quanto no temporal e geográfico. Diversos estágios de desenvolvimento decorreram paralelamente e se entrecruzaram. A leitura tornou-se um processo indiferente e individual. (p. 140)

É, nesse sentido, que Wittmann distingue, entre o público dominante dos séculos XVIII-XIX, comportamentos tão distintos, quanto a leitura de caráter rudimentar, e a ambicionada pelos iluministas, racionalmente orientada. Com efeito, à leitura compartilhada por um grupo em torno de uma autoridade que lê em voz alta, contrapunha-se, embora nem sempre com sucesso, o ideal dos reformadores iluministas, confiante nos benefícios dos textos voltados às necessidades de fundar uma moral burguesa por oposição à aristocrática. Esta, edificada sobre o fundamento da instrução útil, repudia não apenas a leitura de trivialidades próprias do ócio cortês, como também o armazenamento de erudição que não sirva ao necessário exibicionismo de uma classe em ascensão.

A leitura que promovia uma moral útil à sociedade e, ao mesmo tempo, individual, era, tanto para o abastado comerciante como para o estudante esforçado, para a mulher culta como para o funcionário sisudo, não uma diversão ociosa, mas um dever moral. (ibid. p. 143)

⁵¹ Por Alemanha, entenda-se os territórios de língua alemã, dado que a nação alemã só se constituiria um século depois.

Se o pragmatismo rege a seleção burguesa dos títulos dignos de atenção no século XVIII, naturalmente a leitura dos jovens ordenar-se-ia segundo o mesmo princípio. Reconhecida a peculiaridade da infância como etapa específica da vida, o livro infantil emerge com a principal preocupação de formar cidadãos úteis e virtuosos. Preparava a criança para lidar com as formas de produção capitalista, socializava-a mediante a introjeção moral e cristã, e ministrava conhecimentos preparatórios para as atividades técnico-científicas. É, pois, nesse sentido que o citado educador Villaume, co-participante da empresa filantrópica, escreve a série de histórias sob o título, *Lesebuch für Bürgerschule* (1801).

O ócio é a fonte de muita infelicidade. Hans gostava de dormir até tarde, e ia de mau humor para o trabalho, porque se sentia pesado por causa do longo sono. A comida e a bebida não lhe agradavam, pois não despertara apetite através do trabalho. Falta de apetite, os membros pesados, mau humor, são mesmo um verdadeiro pesar, e o nosso Hans acabou tornando-se inapto para o trabalho. (Villaume, 1990, p. 110)^{xvii}

Como o ócio não conduz a outra coisa senão à pobreza, previsível era o destino de Hans, obrigado a mendigar para ganhar o seu pão. A história de caráter exemplar servindo de lição ao pequeno Fritz, personagem contraposta que dá rumo inverso à sua economia e logo progride, exorta a conduta a ser adotada.

O programa enunciado no texto não se resume, entretanto, à literatura infantil, mas à formação de uma ética burguesa. Faz parte de uma ampla campanha que, difamando o luxo e todas as formas de excesso, promulga o elogio à parcimônia, concorrendo tanto para debilitar o *ethos* da aristocracia frívola, quanto para incitar a acumulação de capital. Numa sociedade em que o racionalismo é a norma, importa, de fato, o fim a que cada coisa se destina. O refinamento, convertido em supérfluo, é colocado sob suspeita, uma vez que proclama contra o pressuposto de uma sociedade dependente da acumulação de capital e do uso racional dos bens.

Contudo, adverte Wittmann (1999), o século XVIII assiste ao entrecruzamento de modelos de leitura. Se não há também aqui uma história linear, mas descontinuidades provocadas pela crescente desfiguração do público, práticas de leitura tão diversas como a calcada na oralidade e a leitura solitária da jovem burguesa, conviveriam lado a lado. Se resta ainda a presença do corpo que confunde sua imponente presença à encenação do livro, lido e/ou rememorado,

infiltram-se novos hábitos até então ignorados. Fenômeno surpreendente para o observador da época é, nesse sentido, a *Lesewut* (febre de leitura) que assola particularmente o território alemão.

Poucos anos mais tarde, a Alemanha foi completamente tomada por essa revolução cultural – e em nenhum outro local, como parece, ela alcançou dimensões e dinâmica de tal forma transformadora da sociedade quanto na Europa central, onde uma doença antes desconhecida começou a atacar, em ritmo acelerado: primeiramente como infecção isolada, com a ‘febre de leitura’, mas que rapidamente se alastrou como ‘epidemia de leitura’. (Wittmann, *ibid.* p. 136)

Se os números em maior ou menor escala confirmam a análise, eles testemunham, como já se afirmou, a importância capital da literatura como médium da *Aufklärung*. Não obstante a imprecisão das cifras, Wittmann adverte que malgrado a inexatidão, não se pode menosprezar a importância do fenômeno para a história da leitura de modo geral, ou mais especificadamente para a história sócio-política da região. Embora se deva ressaltar que os números acolhidos por Wittmann no que concerne à França escoram-se apenas na circulação oficial, negligenciando o mercado ilegal de livros, extremamente vigoroso segundo a pesquisa de Darnton (1992b), ainda assim a formação da opinião pública no território de língua alemã parece edificar-se, de fato, sobre a literatura. O fato explica-se em parte por seus principais porta-vozes, professores, teólogos, juristas, enfim, os intelectuais de modo geral, estarem vinculados, em sua maioria, aos estados territoriais, dependendo materialmente deles. Assim, ao contrário da fórmula revolucionária de 1789, a *Aufklärung* visou não a derrocada da sociedade vigente, mas a reforma do sistema absolutista. (Herold, 1983)

No entanto, importa salientar, o mesmo processo que concorre para a emancipação do público leitor, ao inflar o mercado, termina por edificar as condições que desvirtuariam o projeto inicial. O contínuo crescimento da demanda, o leitor desfigurado para o autor em uma série de rostos anônimos, provocam a alteração na apropriação da literatura, balizada, entretanto, pelo mercado.

Esse modelo de leitura da doutrina iluminista, para o qual o componente de formação social estava no centro, também se modificou e se diferenciou aproximadamente a partir de 1770. Seus modos de recepção ainda autoritários e acadêmicos forma substituídos por modos individuais e emocionais, num rápido

processo de modernização, que também quebrou as correntes do racionalismo. (Wittmann, 1999, p. 146).

Outrossim, Christa Bürger (1980) lendo a sisuda queixa de Wieland no *Teutschen Merkur*⁵² recorta a mudança em curso. A produção dirigida a um público cada vez mais anônimo, orientada não apenas pela divisa do esclarecimento, mas pelo entretenimento de foro privado, para além do olhar vigilante dos reformadores iluministas desperta desconfiança. Os malefícios de uma leitura descontrolada, não passariam despercebidos aos intelectuais do século XVIII, que condenariam a febre alvissareira por novidades constantes. Pois além de desregrada e inútil, tal sorte de passa-tempo negligenciava o *ethos* burguês de trabalho, aproximando-se dos vícios aristocráticos, como ócio, luxo e tédio.

O fato agrava-se ademais pelas novas práticas adquiridas pela leitura solitária. Da intensiva, que em voz alta recordava os trechos de passagens sempre conhecidas – preferencialmente as da Bíblia –, à leitura extensiva de diversificados títulos lançados pelo mercado, a leitora burguesa conhece enfim os prazeres secretos da leitura íntima, silenciosa, de livros nem sempre permitidos. De fato, observa Chartier (1991; 1996), essa habilidade de percorrer a página com os olhos, distante da oralização medieval, permitiu retirar de cena o controle imposto pela voz e autoridade de quem detinha o texto em suas mãos. Não é pois ilegítima a preocupação de mães alertas aos perigos e assédios advindos dessa nova prática. É nesse sentido que, diante do matrimônio da filha Maria Antônia⁵³, então com apenas 15 anos, a imperatriz austríaca Maria Tereza escreve-lhe em abril de 1770, no dia de sua partida, regulamentando suas leituras.

Não leiais livros, mesmo os que vos sejam desinteressantes, sem prévio consentimento do vosso abade. Isso é tão mais necessário na França, visto que surgem por lá constantemente livros que, sob inofensiva aparência, trazem histórias de má fama, que corrompem os costumes. Eu vos suplico, portanto, minha querida que não leiais livro algum, sequer uma brochura, sem a autorização de vosso confessor. (Fertig, op. cit., p. 20)^{xviii}

Em um cenário de cisão da cena pública literária diante da crescente mercantilização do livro, quando novas práticas são adquiridas a exemplo, como visto, da leitura solitária, impõe-se de fato o controle – sobretudo em se tratando

⁵² Bürger refere-se à revista literária *Der teutsche Merkur*, publicada por Wieland de 1773 a 1790 (de 1790 a 1810, circula sob o título *Der neue Teutsche Merkur*)

⁵³ Trata-se de Marie Antoinette a caminho de seu casamento com Luís XVI.

de uma jovem com 15 anos, rumo a um estado assediado por leituras que circulavam ilegalmente (Darnton, 1992b).

Emergindo num tal cenário, a literatura voltada à edificação do leitor infantil seria duplamente atingida. De fato, se os textos dirigidos à infância sofrem da intervenção resultante da assimetria entre o adulto que escreve e a criança que acolhe o texto (Zilbermann, 1982; 1985), também lhes será penosa a aliança desde o início estabelecida entre literatura infantil e literatura de massa. Surgida como gênero voltado à especificidade de uma faixa etária e com propósitos eminentemente educativos, numa época em que o livro se converte em um bem cultural movido pelo mercado, não é fortuito o consórcio desde então criado. A dita literatura infantil, no apodo que historicamente se lhe acrescenta, indica uma condição concomitante ao seu aparecimento – menoridade do leitor e, por extensão, do gênero fadado ao desterro de quaisquer veleidades estéticas.

Contudo, anota Yunes (2002), a *leitura compartilhada* não sai de cena, malgrado os novos hábitos adquiridos. E também aqui assoma a situação limiar do acervo, pois traduzido da vocalidade para a escrita, após a epidemia de leitura assinalada⁵⁴, remonta – dada a singularidade de seu público alvo – à situação original dependente da autoridade de uma voz para ser apreendido. A assimetria entre a autoridade de quem lê em voz alta para o leitor, que escuta, não é ignorada, com efeito, pelos Grimm. Cientes de que são os pais os primeiros a receberem o texto, cabe dirigir-lhes palavras tranquilizadoras, quanto ao conteúdo do que será lido.

Assim nós retiramos cuidadosamente desta nova edição toda expressão inadequada à idade da criança. Se, todavia, ainda alguém objetar que uma ou outra possa constranger ou parecer chocante aos pais, e assim não desejem colocar o livro nas mãos das crianças, é possível de fato que em alguns casos a preocupação seja fundada. (Grimm, 1982, p. 17)^{xix}

Verifica-se, pois, desde as primeiras publicações – esta é a de 1819, donde a segunda edição – a consciência não apenas quanto à especificidade do destinatário, mas também e principalmente quanto ao arbítrio de quem seleciona, recorta, modifica passagens, consideradas inadequadas para o leitor menor e não alfabetizado. Outrossim, não é fortuito que a primeira edição (1812), idilicamente colocada sob a árvore de Natal por Armin, venha acompanhada da dedicatória “À

⁵⁴ *Die Leiden des jungen Werthers* foi publicado em 1774, ou seja cerca de três décadas antes da primeira edição do *Kinder-und Hausmärchen*.

Sra Elizabeth von Armin, para o pequeno Johannes Freimund”⁵⁵ (Brüder Grimm, 1996). Com ela, é sinalizado pertencer à figura materna a autoridade da eleição dos textos, testemunhando a assimetria referida, mas também o modelo a ser empregado – a voz compartilhando a experiência da leitura.

⁵⁵ Trata-se da esposa de Achim von Armin, também escritora e irmã de Clemens Brentano.